



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

06/06/2016 - Insituto Telecom

Nossa Opinião – Prêmio de R\$ 105 bilhões para as concessionárias

A sociedade tem que estar atenta a dois projetos em tramitação na Câmara dos Deputados – o PL 1407/2015 e o PL 3453/2015, ambos sobre o papel do Estado em relação ao setor de telecomunicações. As operadoras são contra o primeiro e querem que o segundo se transforme em Lei. Entenda o porquê.

O PL 1407/2015 trata da prestação do serviço de telefonia móvel em regime público. E é incrível como representantes do governo golpista, da Anatel e do Sinditelebrasil comungam da mesma ideia. O representante da Telebrasil, Sérgio Kern, afirma “ que o serviço móvel só avançou depois da privatização, passando de sete milhões de usuários, em 1998, para 258 milhões, o que representa um crescimento de 37 vezes” . Para ele, o serviço é “ altamente competitivo” .

A verdade é que o serviço é altamente cartelizado, com as quatro irmãs (Oi, TIM, Claro e Vivo) dividindo o mercado quase em quatro partes iguais. Que competição é essa? O serviço na década de 90 ainda estava engatinhando no Brasil e no mundo, não foi a privatização que acelerou o crescimento da base de celulares, mas sim as mudanças de bases tecnológicas e a demanda crescente da população por esse serviço. É sempre bom lembrar que o serviço com maior penetração em todo o país é a telefonia fixa, que também é prestado em regime público.

O segundo projeto é um escândalo, pois dá à

Anatel o poder de transformar as concessões em autorizações. Seu autor, o deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), defende que as operadoras não fazem investimentos porque temem não manter esses bens no futuro. A ideia é acabar com a telefonia fixa em regime público sem colocar nenhum serviço em seu lugar com as mesmas obrigações de universalização, qualidade, continuidade, preços módicos e reversível ao Estado no final da concessão. Detalhe: o Tribunal de Contas da União avalia que os bens reversíveis chegam a R\$ 105 bilhões. Se aprovado o projeto, as operadoras ganhariam, injustificadamente, essa fortuna como prêmio para utilizarem como quiserem. O PL 3453/2015 já foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O Instituto Telecom, junto com a Campanha Banda Larga é um Direito Seu, há muito tempo vem defendendo a banda larga em regime público. É um serviço essencial. O Marco Civil da Internet colocou em lei a essencialidade do serviço e a Lei Geral de Telecomunicações determina, com todas as letras, que um serviço essencial não pode ser prestado apenas em regime privado. O empresário não quer que isso ocorra é compreensível, na medida em que só se interessa pelo lucro. Mas o Estado não pode olhar apenas esse aspecto, tem que preservar os interesses maiores da sociedade. Com o governo golpista atualmente instalado, essa perspectiva torna-se muito difícil.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

06/06/2016 - Instituto Telecom

TCU vai ampliar fiscalizações na Anatel no segundo semestre

Alvo de muitas reclamações de consumidores e parlamentares, a Anatel será objeto de fiscalizações do Tribunal de Contas da União (TCU) no segundo semestre deste ano. Nos próximos dias, estará concluída a auditoria sobre a qualidade da prestação do serviço de telefonia móvel, também será concluído o levantamento do percentual das multas aplicadas e arrecadadas e em seguida, será feito um levantamento dos valores arrecadados e aplicados pelos fundos setoriais, incluindo o Condecine-Teles.

O secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações do TCU, Marcelo Cunha, que coordenará os trabalhos de auditoria e acompanhamento, disse a este noticiário que a regulação da qualidade dos serviços prestados pelas operadoras de telecomunicações é acompanhada há 11 anos pelo órgão de controle. Nesse novo trabalho, adianta, que é possível verificar avanços na atuação da Anatel, mas é possível fazer mais. Depois de concluído, o relatório ainda será avaliado pelo relator, ministro Bruno Dantas.

Sobre o levantamento das multas aplicadas e efetivamente arrecadadas é feito anualmente, mas incluindo todas as agências reguladoras. Nesse campo, diz Cunha, também é preciso um esforço maior para dar efetividade às ações sancionatórias. No que diz respeito ao levantamento dos recursos arrecadados e aplicados dos fundos setoriais, Cunha lembra que, ainda este ano, no processo de fiscalização do setor de telecomunicações, foram constatadas inconsistências entre os números apresentados pela Anatel e o Tesouro Nacional. O acórdão determinou o encontro de contas, mas o governo pediu mais tempo para realizar a tarefa.

Condecine

Segundo o secretário, esse relatório gerou mais dúvidas aos parlamentares, que solicitaram um aprofundamento do tema. O objetivo é procurar inconsistências ou irregularidades, sobretudo nas aplicações desses fundos, que efetivamente não estão favorecen-

do à melhoria ou ampliação dos serviços, avalia. Nesse levantamento serão incluídas informações sobre a aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, que é paga pelas operadoras de telecomunicações e que hoje representam 90% da verba do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). "A inclusão da Condecine-Teles foi acertada internamente, já que esta secretaria não é responsável por esse setor", disse.

Outro trabalho aberto no TCU é o acompanhamento das decisões da Anatel em relação à limitação da banda larga fixa, que tem sido motivo de muita reclamação. Cunha disse que o TCU não vai se manifestar antecipadamente, mas monitorar os atos que estão sendo adotados e os estudos que serão feitos.

Bens reversíveis

Além das novas fiscalizações, há pendências da Anatel com o TCU, como as exigências impostas no acórdão dos bens reversíveis, aprovado no final do ano passado, do qual a agência recorreu. Também é aguardada no órgão de controle a chegada da proposta do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Oi, já aprovada pelo Conselho Diretor da agência.

De acordo com Cunha, já está no gabinete do ministro Benjamin Zymler o recurso da Anatel sobre o acórdão do TCU, que constatou a ineficácia da agência no acompanhamento dos bens. O órgão de controle fez mais de 30 recomendações para assegurar a conformidade e a atualidade das informações sobre esse ponto primordial dos contratos de concessão da telefonia fixa.

"Sem um controle eficiente dos bens reversíveis fica inviabilizada alteração no modelo de prestação do serviço", ressaltou Marcelo Cunha. Segundo ele, as fragilidades encontradas na Anatel nesse tema são variadas, como divergências na interpretação da regulamentação dos bens reversíveis, ausência de metodologia a ser observada no processo de controle e acompanhamento e falta de legitimidade e tempestividade na elaboração do regulamento desses bens.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

O TCU mantém a visão patrimonialista sobre os bens reversíveis, posição bem diferente do que adotou o Ministério da Fazenda do governo Dilma, que elaborou estudo técnico precificando em R\$ 17 bilhões o total do valor dos bens que teriam de ser devolvidos à União, ao final das concessões. O documento defende a alteração do modelo de prestação do serviço e sugere que esse valor seja revertido em investimentos em redes. Cunha disse que desconhece esse documento.

Em razão do recurso, os prazos dados pelo TCU para que a Anatel apresentasse melhorias no controle dos bens reversíveis estão parados. Entre os pedidos estão a apresentação de relação atualizada desses bens, a apuração do valor total dos recursos obtidos por cada concessionária a partir das alienações de bens reversíveis realizadas desde 2007, data de início da vigência do atual regulamento sobre esses bens e de um plano de ação com vistas a concluir a instrução

e o julgamento de todos os procedimentos de apuração de descumprimento de obrigações que versem sobre bens reversíveis instaurados entre 2010 e 2014. O TCU também determinou a adoção de medidas para divulgação dos bens reversíveis no site da Anatel. “O importante é ter uma precificação correta desses bens”, ressalta Cunha.

Alteração do modelo

O secretário disse que o TCU não vai se manifestar antecipadamente sobre propostas de alteração do modelo de concessão da telefonia fixa, em estudo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações (MCTIC), porém já adiantou à Anatel que a proposta terá que ser enviada ao órgão de controle antes da aprovação final. “Nós vamos analisar as medidas que foram tomadas para assegurar a prevalência do interesse público”, disse Cunha.

06/06/2016 - Instituto Telecom

OAB defende a saída de João Rezende da presidência da Anatel

A Ordem dos Advogados do Brasil subiu o tom nas críticas à Anatel, e particularmente ao presidente da agência, João Rezende. O presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, disse nesta segunda-feira, 06/06, que a Ordem estuda uma representação à Presidência da República e ao Ministério das Comunicações para pedir o afastamento do dirigente da agência.

“Solicitei hoje ao jurídico do Conselho Federal que examinasse uma representação a Presidente da República e ao Ministério das Comunicações contra o presidente da Anatel porque entendemos que sua permanência na presidência da Anatel está comprometida por tudo o que estamos vivendo”, afirmou Lamachia, que nesta segunda tratou da atual polêmica sobre os pacotes de internet com limites downloads no Conselho de Comunicação Social.

Lamachia, vale lembrar, repudiou logo de partida o posicionamento de João Rezende quando apresentou a decisão de suspender as medidas relacionadas a franquias. No entendimento do presidente da Anatel, o uso desse expediente é decorrência da capacidade limitada das redes de telecomunicações, daí sustentar que a oferta de planos ‘ilimitados’ ser um erro do mercado.

“Há coisa de 30, 40 dias, tivemos uma declaração desastrosa do presidente da Anatel. Questionado, disse que a ‘era da internet ilimitada terminou’. Se alguma coisa terminou com essa declaração, foi a própria Anatel. Não é aceitável que o presidente de uma agência reguladora se comporte dessa forma. Ao declarar isso, age como presidente do sindicato das teles. Não pode fazer isso. Age defendendo os interesses de quem deveria regular. Por isso vamos representar contra ele à Presidência da República pelo afastamento”, insistiu. João Rezende tem mandato na Agência Reguladora até dezembro.

Fundos

Paralelamente, o Conselho Federal já aprovou a abertura de uma ação civil pública sobre o alegado desvio de finalidade dos fundos setoriais de telecomunicações – Fust, Fistel e Funttel. Para tanto, a OAB se vale do Acórdão 28/16, do Tribunal de Contas da União, que apontou discrepâncias de valores e reiterou que os recursos acabam não sendo utilizados para aquilo a que se destinam. “Em média, menos de 10% do valor de cada fundo foi utilizado”, afirmou Cláudio Lamachia.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

07/06/2016 - Vermelho

Dilma denuncia plano de Temer para acabar com o Bolsa Família



A presidenta Dilma Rousseff vem usando as redes sociais para interagir com a população e desmistificar a manipulação midiática da legitimidade do impeachment. Nesta terça-feira (7), ela participou de um bate-papo com a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do seu governo, Tereza Campello, respondendo perguntas de internautas do Facebook.

Dilma denunciou o plano do presidente ilegítimo Temer para cortar gastos sociais, "é preocupante esta notícia que foi divulgada neste fim de semana. O governo provisório pretende remunerar os municípios para que tirem as famílias do programa Bolsa Família: A prefeitura que reduzir o número de dependentes do programa passará a ganhar um bônus. Essa iniciativa mostra como o nosso projeto é completamente diferente do deles. Nós remuneramos o município quando mantém um cadastro bem feito, acompanha a frequência escolar e a saúde das crianças. Remuneramos também os municípios para que garantam o acesso dos beneficiários do Bolsa Família aos cursos de qualificação profissional. Remuneramos ainda na Busca Ativa para localizar e incluir as famílias que precisam nas políticas públicas. Eles querem fazer o oposto: remunerar para excluir", afirma Dilma.

Em relação aos mitos criados de que o Bolsa família

é um programa para sustentar desempregados que vivem "de esmola", Dilma foi categórica em desmentir os falsos dados "uma informação pouco divulgada é que mais de 70% dos adultos beneficiados já trabalham e muito. Mas por não terem tido oportunidades, sua renda não é suficiente para manter a família com dignidade. A grande questão não é cortar o Bolsa Família, mas levar outras oportunidades, como qualificação com o Pronatec. Quase 1 milhão de beneficiários já passaram por cursos técnicos".

"Outros 500 mil se tornaram microempreendedores individuais. Também é importante lembrar que, graças ao Bolsa Família, 17 milhões de crianças se mantêm na escola e 9 milhões de famílias têm acompanhamento médico. Isso é o que vai mudar a realidade dessas crianças, que não vão repetir a mesma trajetória de seus pais, que não tiveram oportunidade", explicou a presidenta.

Custo benefício

Quando questionada se a crise econômica no país justifica os cortes sociais do presidente ilegítimo Michel Temer, Dilma argumentou que o programa pouco impacta aos cofres, "claro que o país pode passar por essa crise sem cortar o Bolsa Família, que atende 47 milhões investindo apenas 0,47% do PIB. É um programa muito barato. Isso deveria ser impensável, ainda mais em um momento de crise, que é quando as famílias mais precisam de proteção. E uma coisa que pouca gente sabe é que cada R\$ 1 investido no programa traz o retorno de R\$ 1,78 para economia".

Criado em 2003 pelo ex-presidente Lula, o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias beneficiárias.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Globo captou R\$ 147 milhões na Lei Rouanet

A Globo, através da Fundação Roberto Marinho, captou R\$ 147.858.580 desde 2003, primeiro ano do governo Lula, até 2015.

Os valores não foram atualizados.

A FRM foi criada nos anos 70 e é uma instituição privada, teoricamente sem fins lucrativos, voltada, diz o site oficial, para "a educação e o conhecimento". Ela "se dedica à concepção e implementação de museus e exposições".

Entre outros projetos, estão sob seus cuidados o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio, a nova sede do MIS no Rio e o Museu da Língua Portuguesa.

O DCM teve acesso a dados do Ministério da Cultura. A fundação é apontada na linha dos "maiores proponentes".

O ano em que mais se captou foi 2011: 35,2 milhões de reais. A destinação era a revitalização da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé, o Paço do Frevo, o MIS e o Museus de Arte do Rio – Mar, todos no Rio de Janeiro. O MIS, sozinho, abocanhou 20,7 milhões.

Refinando, chega-se aos "incentivadores", como se vê abaixo:

Ano	Fundação Roberto Marinho
1999	6.481.376,38
2000	4.220.409,90
2001	5.036.528,82
2002	2.915.000,00
2003	10.883.309,57
2004	8.536.462,41
2005	8.642.703,11
2006	6.443.737,12
2007	9.957.758,94
2008	6.421.010,00
2009	5.150.748,00
2010	7.337.369,46
2011	35.222.344,59
2012	15.411.231,67
2013	12.450.000,00
2014	13.851.906,00
2015	7.550.000,00

bosat, com 9,5 milhões, seguida da Globo Comunicações e Participações. A Infoglobo entra com 700 mil.

Grana para fundações é restituída no Imposto de Renda. Quando a fundação é do próprio grupo, tem-se uma situação ganha-ganha. O dinheiro sai do caixa da companhia, livre do fisco, e entra numa fundação que lhe pertence. É quase lavagem. E é, em tese, legal.

Um ex-diretor do MinC ofereceu uma explicação sobre a generosidade com a Globo na aprovação de projetos. "O MinC foi leniente na gestão. Havia gente muito próxima do mercado em cargos chaves. Para

se legitimar no lugar de Gilberto Gil, o ex-ministro Juca Ferreira teve de fazer várias concessões", diz.

Ele continua: "As prestações de contas são frágeis. Não se analisa nada direito. É uma festa."

A Lei Rouanet financia boa parte dos institutos e fundações privadas no país - do Itaú Cultural, passando pelo Alfa até o Instituto FHC. É um cipal de altos interesses.

No final de maio, o DEM entrou com um pedido de CPI, fruto da histeria coletiva de uma direita lelé segundo a qual artistas petralhas tinham ficado milionários com o incentivo. Assim que surgirem os verdadeiros beneficiários e o partido descobrir que deu um tiro no pé, a comissão será enterrada rapidamente.

Assim como ocorreu com a investigação da Polícia Federal dos cem maiores captadores. Sergio Moro mandou anular o requerimento de um delegado ao Ministério da Transparência. Segundo Moro, a apuração, "se pertinente", deve ser feita em um inquérito à parte na Lava Jato e com "objeto definido".

CNPJ/CPF	Incentivador	Apoio
1 03.424.616/0001-88	Cia Itaú Securitizadora de Créditos Financeiros	500.000,00
2 00.065.376/0001-84	Distel Holding S/A	300.000,00
3 27.865.757/0001-02	Globo Comunicações e Participações Ltda.	2.574.172,37
4 00.811.990/0001-48	Globosat Programadora Ltda.	9.550.000,00
5 03.304.489/0001-83	Horizontes Conteúdos LTDA.	700.000,00
6 33.372.251/0001-56	IBM - Brasil Indústrias Máquinas e Serviços Ltda	1.770.000,00
7 34.270.520/0001-36	IBM Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	230.000,00
8 60.452.752/0001-15	Infoglobo Comunicação e Participações S.A	700.000,00
9 92.661.388/0001-90	Itaú Vida e Previdência S.A	5.558.000,00
10 43.644.285/0001-06	Marcep Corretagem de Seguros Ltda.	300.000,00
11 21.673.990/0001-77	Natura Cosméticos S.A	2.073.327,93
12 33.592.510/0001-54	Vale S/A	2.000.000,00
Total Geral (12)		

Quem mais doou, segundo a planilha, foi a Glo-